



Universidade de Brasília



FRAMEWORK DE AUDITORIA OPERACIONAL EM RPPS

Jaílson Gomes de Araújo Júnior

Diana Vaz de Lima

MPA UnB
**Mestrado Profissional
em Administração Pública**

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública – PGAP

Mestrado Profissional em Administração Pública

Jaílson Gomes de Araújo Júnior
Diana Vaz de Lima



FRAMEWORK DE AUDITORIA OPERACIONAL EM RPPS

Produto Técnico-Tecnológico apresentado por Jaílson Gomes de Araújo Júnior ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
Definição, Conceitos e Características de Auditoria Operacional	3
Requisitos da Auditoria Operacional	4
PLANEJAMENTO	6
Seleção de Temas	6
Atividades do Planejamento	7
EXECUÇÃO	10
Técnicas de Coleta de Dados	10
Técnicas de Análise de Dados	11
RELATÓRIO	13
MONITORAMENTO	15
Temas Específicos de uma Auditoria Operacional em RPPS	16
Gestão administrativa	16
Gestão de benefícios previdenciários	16
Gestão da carteira de investimentos	17
Gestão atuarial	18
Questões de Auditoria Operacional em RPPS	19
Modelos de Papéis de Trabalho da Auditoria Operacional em RPPS	23
Descrição dos papéis de trabalho	24
<i>Plano de Auditoria</i>	24
<i>Matriz de Planejamento</i>	24
<i>Matriz de Achados</i>	25
<i>Plano de Ação</i>	25
Modelos dos Papéis de Trabalho	26
Matrizes de Planejamento da Auditoria Operacional em RPPS	31
Plano de Implementação do PTT	55
BASE TEÓRICA UTILIZADA	56
RELEVÂNCIA DO PRODUTO	58
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Este Produto Técnico-Tecnológico (PTT) apresenta um Framework de Auditoria Operacional especificamente projetado para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), oferecendo um guia estruturado que abrange os procedimentos básicos de planejamento, execução, relatório e monitoramento das auditorias. Importante salientar que este documento não se propõe a substituir ou replicar os manuais completos de auditoria operacional existentes, mas sim oferecer uma adaptação desses procedimentos ao contexto específico dos RPPS, concentrando-se nas peculiaridades e desafios deste setor.

O desenvolvimento deste Framework é fundamentado tanto em normas nacionais quanto internacionais de auditoria operacional. As diretrizes do Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP 300 e NBASP 3000), assim como as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI 300 e ISSAI 3000), servem como pilares para a construção dos procedimentos propostos. Tais normas foram selecionadas para assegurar que o Framework esteja alinhado com os mais altos padrões de qualidade e eficácia na auditoria operacional.

Cabe aos auditores que aplicarem este Framework consultar as normas mencionadas para uma compreensão aprofundada e detalhada dos procedimentos e requisitos de cada etapa da auditoria operacional. Além disso, é crucial que os auditores considerem as normas e regulamentações específicas estabelecidas pelos Tribunais de Contas aos quais estão vinculados, especialmente durante o planejamento dos trabalhos de auditoria. Este cuidado garante que as peculiaridades e requisitos locais sejam devidamente respeitados e incorporados no processo de auditoria, promovendo uma fiscalização efetiva e adaptada à realidade de cada entidade.

Definição, Conceitos e Características de Auditoria Operacional

A auditoria operacional é definida como um exame independente, objetivo e confiável que avalia se os empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou organizações do governo estão operando conforme os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, verificando se existe espaço para melhorias.

As auditorias operacionais analisam uma ou mais das principais dimensões de desempenho conhecidas como os quatro 'Es': economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Estas dimensões refletem a preocupação com o custo dos recursos utilizados (economicidade), a relação custo-benefício (eficiência), o alcance dos objetivos planejados (eficácia) e os efeitos de longo prazo das ações do governo (efetividade).

A auditoria operacional se distingue por sua adaptabilidade e abrangência. Ao contrário das auditorias de conformidade e financeiras, que seguem padrões mais fixos, a auditoria operacional lida com uma variedade de temas e requer flexibilidade na escolha de objetos e métodos. Este tipo de auditoria emprega uma ampla seleção de métodos de avaliação e investigação, fazendo uso intenso das ciências sociais e requerendo do auditor uma capacidade analítica elevada.

O ciclo de auditoria operacional abrange várias fases, iniciando com a seleção de temas e seguindo com o planejamento detalhado, onde se define a estratégia e se elabora o plano de auditoria. A fase de execução envolve a coleta e análise de dados, culminando na elaboração do relatório preliminar. Este relatório é revisado após receber feedback do gestor auditado, resultando em um relatório final que é avaliado e divulgado amplamente, visando a implementação das deliberações.

Os principais elementos de uma auditoria operacional incluem a identificação clara dos usuários e partes responsáveis da auditoria, o objeto de auditoria, e os requisitos normativos aplicáveis. Durante a auditoria, é essencial que o auditor mantenha uma abordagem apropriada para gerir eficazmente a influência dessas partes e garantir a objetividade e confiabilidade do processo.

Requisitos da Auditoria Operacional

A execução eficaz de uma auditoria operacional depende estritamente do cumprimento de uma série de requisitos essenciais que asseguram a integridade, a precisão e a confiabilidade dos procedimentos e dos resultados obtidos. Estes requisitos são delineados para orientar os auditores na condução de suas avaliações, garantindo que todas as fases da auditoria sejam realizadas sob padrões rigorosos de profissionalismo e ética. Compreendendo desde a postura ética e a independência do auditor até a adequação das habilidades técnicas e a eficácia da comunicação, tais

padrões são fundamentais para a validade dos achados e para a credibilidade do relatório final. A seguir, são apresentados os principais requisitos da Auditoria Operacional:

a) Independência e Ética: A independência é o alicerce da credibilidade da auditoria operacional, garantindo que as conclusões e recomendações sejam imparciais e baseadas unicamente em evidências. Os auditores devem aderir a uma conduta ética rigorosa, evitando conflitos de interesse e garantindo a confidencialidade das informações coletadas;

b) Confiança e Asseguração: Os auditores devem conduzir seus trabalhos de maneira que forneçam uma segurança razoável de que os relatórios são livres de distorções significativas, sejam elas causadas por erro ou fraude. Este princípio é essencial para a validade e a confiança nas conclusões da auditoria;

c) Risco de Auditoria: Refere-se ao risco de que as conclusões da auditoria possam ser inadequadas devido a uma interpretação errada dos dados. Os auditores devem identificar, avaliar e mitigar esses riscos ao longo da auditoria para melhorar a precisão e a relevância de seus achados;

d) Comunicação: Uma comunicação eficaz é vital em todas as fases da auditoria. Isso inclui a clara definição dos objetivos da auditoria, o escopo e as metodologias utilizadas, bem como a comunicação dos resultados de forma compreensível para os destinatários do relatório;

e) Habilidades: Os auditores devem possuir as habilidades necessárias para realizar a auditoria operacional, que incluem conhecimentos técnicos em áreas específicas relacionadas ao objeto da auditoria, bem como habilidades analíticas e de julgamento;

f) Supervisão: A supervisão adequada deve ser exercida durante a auditoria para garantir que todos os aspectos do processo de auditoria sejam apropriadamente geridos e que os padrões de qualidade sejam mantidos em todas as fases;

g) Julgamento e Ceticismo Profissionais: Os auditores devem manter um ceticismo profissional ao longo do trabalho, questionando criticamente as evidências e não assumindo que estas estão corretas sem uma avaliação adequada.

PLANEJAMENTO

O planejamento é uma etapa fundamental na auditoria operacional, estabelecendo a base para uma avaliação eficaz e eficiente. Ele não apenas define o curso de ação para a auditoria, mas também garante que todos os esforços estejam alinhados com os objetivos estratégicos e operacionais da entidade auditada. Segundo o Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), uma estratégia de planejamento bem elaborada é essencial para maximizar os recursos disponíveis, mitigar riscos e otimizar os resultados esperados.

Este processo envolve a identificação detalhada do objeto de auditoria, a seleção meticulosa de temas críticos, a formulação de questões-chave e a definição clara dos critérios de avaliação, todos cuidadosamente estruturados para abordar as áreas de maior impacto e interesse público. Ao planejar, o auditor garante que a auditoria operacional seja conduzida com rigor, transparência e foco em melhorias concretas, tornando-se um instrumento poderoso para promover a governança e a *accountability* nas instituições públicas.

Seleção de Temas

A seleção de temas é um processo crucial na auditoria operacional, pois define o foco das auditorias subsequentes. O Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece que a escolha do tema deve ser orientada pela relevância, risco e materialidade do assunto dentro do contexto governamental e administrativo. Esta etapa envolve uma análise detalhada das áreas potenciais de auditoria, priorizando aquelas que apresentam maior risco de impacto negativo sobre os objetivos públicos ou onde há significativas oportunidades de melhoria.

O processo inicia-se com a identificação de áreas ou temas que possam contribuir significativamente para a eficácia e eficiência da administração pública. Considera-se a possibilidade de ganhos tangíveis, a relevância social e econômica do tema e o potencial para promover melhorias significativas ou correções de desvios. A decisão sobre quais temas auditar é informada por uma combinação de entrada de dados, feedback de partes interessadas e um alinhamento com os objetivos estratégicos do órgão de controle.

Para cada tema selecionado, desenvolve-se um "perfil de auditabilidade", que avalia se o tema pode ser efetivamente auditado dentro dos recursos disponíveis e das competências da equipe de auditoria. Este perfil considera a disponibilidade de dados confiáveis, a clareza dos objetivos de desempenho associados ao tema, e a existência de critérios claros para avaliar o desempenho. A auditabilidade também implica avaliar se o tema permite uma investigação objetiva, independente e imparcial, conforme os padrões estabelecidos nas normas de auditoria.

Este processo estratégico assegura que as auditorias operacionais se concentrem em áreas onde possam efetivamente contribuir para melhorias administrativas e cumprimento dos objetivos governamentais, garantindo o uso eficiente dos recursos públicos e a *accountability*.

Atividades do Planejamento

O planejamento de uma auditoria operacional é uma fase crítica que define a eficácia e a eficiência de todo o processo de auditoria. Inicia-se com uma análise preliminar do objeto de auditoria, que inclui a compreensão dos sistemas operacionais, funções e vulnerabilidades associadas ao objeto. Esta análise é fundamental para estabelecer uma estratégia global de auditoria que orientará todas as fases subsequentes. A seguir, vamos trazer as definições e o que deve ocorrer em cada fase do planejamento de uma auditoria operacional:

a) Análise Preliminar do Objeto de Auditoria: Esta etapa envolve um exame detalhado do objeto a ser auditado para identificar riscos significativos, áreas de materialidade e potenciais ganhos de eficiência ou eficácia. A análise preliminar é crucial para definir o escopo da auditoria e as questões específicas que precisam ser abordadas. Ela orienta a elaboração de um plano de auditoria detalhado, assegurando que todos os aspectos críticos sejam cobertos;

b) Estratégia Global de Auditoria: Após a análise preliminar, a estratégia global de auditoria é desenvolvida para guiar a execução da auditoria. Essa estratégia deve considerar as melhores práticas e adaptá-las ao contexto específico do objeto auditado. A estratégia é essencial para alinhar as metas da auditoria com os objetivos estratégicos mais amplos da organização ou da entidade governamental em questão;

c) Definição da Abordagem de Auditoria: A abordagem da auditoria deve ser definida para assegurar que ela seja adequada ao contexto e às necessidades específicas do objeto. Isso pode incluir a definição de um enfoque integrado de governo, o qual considera interações e interdependências entre diferentes áreas governamentais ou entre diferentes níveis de governo;

d) Definição do Escopo da Auditoria: Finalmente, o escopo da auditoria é definido para delimitar claramente os limites do que será auditado. Esta definição ajuda a concentrar os esforços da equipe de auditoria nas áreas mais críticas e relevantes, garantindo uma alocação eficiente de recursos e maximizando o impacto da auditoria;

e) Definição do Objetivo e das Questões de Auditoria: A definição clara dos objetivos e das questões de auditoria é fundamental para direcionar todo o processo de auditoria operacional. Os objetivos precisam estar alinhados com as necessidades de informação dos usuários do relatório de auditoria e devem refletir questões relevantes que afetam o desempenho do objeto auditado. As questões de auditoria são derivadas dos objetivos e são formuladas para facilitar a obtenção de evidências necessárias para responder aos objetivos;

f) Definição dos Critérios de Auditoria: Os critérios de auditoria são os padrões usados para avaliar o desempenho do objeto auditado. Eles devem ser relevantes, confiáveis, neutros e aceitos pela comunidade profissional. A definição apropriada dos critérios é crucial para garantir que as conclusões da auditoria sejam bem fundamentadas e que as recomendações sejam práticas e implementáveis;

g) Matriz de Planejamento: A matriz de planejamento é uma ferramenta essencial que detalha as questões de auditoria, os critérios, as fontes de informação e os métodos para coletar e analisar dados. Ela ajuda a garantir que todos os aspectos importantes da auditoria sejam considerados e que o trabalho de auditoria seja eficientemente planejado e organizado;

h) Elaboração de Instrumentos de Coleta de Dados e Teste-Piloto: A elaboração cuidadosa de instrumentos para coleta de dados é crucial para coletar informações precisas e relevantes. Um teste-piloto dos instrumentos de coleta de dados pode ser realizado para identificar qualquer problema potencial e garantir que os dados coletados serão confiáveis e válidos para análise;

i) *Plano de Auditoria*: O plano de auditoria compila todas as informações da matriz de planejamento e adiciona detalhes sobre a alocação de recursos, prazos e responsabilidades. É um documento que guia a execução da auditoria, assegurando que todos os membros da equipe entendam seus papéis e as expectativas do trabalho.

EXECUÇÃO

A fase de execução é essencial para a concretização dos objetivos de uma auditoria operacional, envolvendo a coleta e análise de dados que fundamentam os achados de auditoria. Durante esta etapa, a equipe de auditoria realiza as atividades planejadas para obter evidências suficientes e apropriadas que suportarão as conclusões e recomendações da auditoria.

Esta fase envolve a aplicação dos instrumentos de coleta de dados desenvolvidos e testados na fase de planejamento. Os métodos utilizados podem incluir revisão documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários. É fundamental que o auditor obtenha informações de diferentes fontes e busque apoio de especialistas para garantir uma visão abrangente e equilibrada dos dados coletados.

O achado de auditoria é construído a partir das evidências coletadas durante os trabalhos de campo e é essencial para fundamentar as conclusões da auditoria. A elaboração da matriz de achados deve ser iniciada já durante os trabalhos de campo, permitindo a identificação e documentação de evidências e suas causas de maneira organizada.

A obtenção de evidências é o núcleo da fase de execução, exigindo que o auditor colete informações tanto factuais quanto opiniões e reflexões. Estas evidências devem ser suficientes e apropriadas para responder às questões de auditoria formuladas e devem ser coletadas de forma a não desviar do foco da auditoria.

A matriz de achados é uma ferramenta crucial para a organização das informações coletadas e para garantir que todos os achados sejam devidamente fundamentados e documentados. Esta matriz ajuda a equipe de auditoria a manter uma visão clara e organizada dos resultados da auditoria, facilitando a elaboração do relatório final.

Técnicas de Coleta de Dados

Durante a fase de execução da auditoria operacional, é fundamental empregar diversas técnicas de coleta de dados para assegurar a abrangência e a profundidade das informações. Estas técnicas permitem ao auditor obter uma compreensão detalhada do objeto auditado e são essenciais para a elaboração de achados bem

fundamentados. A seguir, algumas técnicas que podem ser aplicadas na execução dos trabalhos de auditoria operacional:

a) *Análise Documental*: A análise de documentos é uma das técnicas mais utilizadas e envolve a revisão de documentos internos e externos ao objeto auditado. Esta técnica permite verificar a conformidade com normas e regulamentos, assim como entender os processos e procedimentos vigentes;

b) *Entrevista*: Realizar entrevistas com gestores e funcionários é crucial para entender as operações internas e coletar opiniões e percepções sobre os processos auditados. As entrevistas podem revelar informações não documentadas e oferecer insights valiosos sobre o desempenho e os desafios enfrentados pela organização;

c) *Aplicação de Questionários*: Os questionários são úteis para coletar dados de uma grande quantidade de pessoas de maneira estruturada. Eles são especialmente eficazes para obter informações quantificáveis e comparáveis, permitindo análises estatísticas significativas;

d) *Observação Direta*: A observação direta dos processos e das atividades no local permite ao auditor verificar pessoalmente as práticas e condições existentes. Esta técnica é fundamental para obter uma visão realista e prática das operações auditadas;

e) *Grupo Focal*: Grupos focais são úteis para explorar temas complexos através de discussões em grupo. Eles permitem a coleta de uma variedade de perspectivas e aprofundamento em questões específicas, contribuindo para uma compreensão mais completa dos tópicos abordados na auditoria.

Técnicas de Análise de Dados

Durante a fase de execução de uma auditoria operacional, é crucial empregar técnicas de análise de dados consistentes para garantir a validade e a precisão dos achados de auditoria. O Manual de Auditoria Operacional do TCU destaca diversas técnicas essenciais, dentre elas:

a) *Estatística Descritiva*: Fundamental para a análise inicial dos dados, a estatística descritiva permite uma compreensão geral das características dos dados coletados, incluindo medidas de tendência central e de dispersão;

b) Regressão: Essa técnica é utilizada para entender as relações entre variáveis e identificar fatores que podem influenciar o objeto da auditoria. A análise de regressão pode ajudar a explicar variações nos dados e prever tendências;

c) Análise de Conteúdo: Utilizada para examinar textos e transcrições de entrevistas ou grupos focais, essa técnica permite uma análise sistemática do conteúdo dos dados qualitativos, facilitando a interpretação de grandes volumes de informação textual;

d) Triangulação: Esta técnica envolve o uso de múltiplos métodos de pesquisa ou de coleta de dados para estudar a mesma questão, fortalecendo as conclusões da auditoria ao confirmar achados através de diversas fontes e abordagens;

e) Cruzamento Eletrônico de Dados: Empregada para comparar registros de diferentes bases de dados, esta técnica é eficaz para identificar discrepâncias ou irregularidades. O cruzamento de dados é frequentemente realizado com o auxílio de softwares específicos e pode revelar inconsistências importantes para a auditoria.

RELATÓRIO

A fase de relatório é uma etapa crucial na auditoria operacional, sendo o meio pelo qual os resultados são comunicados aos *stakeholders*. Esta fase não apenas encapsula os achados, análises e recomendações da auditoria, mas também desempenha um papel essencial na garantia de *accountability* e transparência na gestão pública.

Conforme o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a elaboração do relatório deve ser tratada como um processo contínuo, que começa já no planejamento e se estende por toda a auditoria, garantindo que o relatório final seja informativo, claro e útil para todos os públicos-alvo. Este processo inclui a formulação, teste e revisão das ideias sobre o objeto auditado, garantindo que o relatório seja claro, objetivo e que responda às questões de auditoria definidas inicialmente.

A redação do relatório deve considerar a perspectiva do leitor e basear-se em uma matriz de achados para estruturar as informações de maneira lógica e coerente. O estilo de redação do relatório deve facilitar a compreensão por parte dos leitores, empregando uma linguagem clara e direta. É recomendável o uso de gráficos, tabelas e outros recursos visuais para ilustrar os pontos-chave e melhorar a apresentação dos dados. A consistência e a precisão na apresentação dos dados são fundamentais para a credibilidade e a eficácia do relatório final.

Um relatório de auditoria operacional deve ser completo, convincente, tempestivo, legível e equilibrado. Deve incluir todos os detalhes necessários para abordar os objetivos e questões da auditoria, fundamentando adequadamente os achados e conclusões. A clareza e concisão são cruciais para garantir que o relatório seja acessível e útil, evitando extensões desnecessárias e promovendo a eficiência na comunicação dos resultados.

É fundamental que o relatório seja o principal produto da auditoria, servindo como base para avaliação do desempenho do objeto pelo auditado, por órgão do poder público e pela sociedade. Esta comunicação deve contribuir para a responsabilização dos agentes públicos, facilitando o controle parlamentar e social.

O público-alvo primário da auditoria operacional inclui o Poder Legislativo, o Executivo, entidades governamentais, cidadãos e, de forma mais ampla, a sociedade. Portanto, a divulgação dos relatórios de auditoria deve ser ampla, alcançando todas as partes interessadas, mas respeitando os regulamentos sobre informações confidenciais. Essa ampla divulgação é essencial para a credibilidade das auditorias, permitindo que os resultados influenciem positivamente a gestão do objeto auditado e contribuam para a implementação de melhorias.

MONITORAMENTO

O monitoramento é uma etapa fundamental no ciclo de auditoria operacional, garantindo que as deliberações e recomendações resultantes da auditoria sejam efetivamente implementadas e que os problemas identificados sejam adequadamente corrigidos. Essa fase é crítica para assegurar que as ações de melhoria propostas tenham um impacto duradouro e significativo na gestão e operação dos entes auditados.

O monitoramento deve concentrar-se na verificação de como a entidade auditada tratou os problemas identificados e se implementou adequadamente as deliberações do Tribunal. É essencial que as ações corretivas sejam acompanhadas de perto para garantir que as melhorias sejam sustentáveis e eficazes. Além disso, o auditor deve reportar ao Poder Legislativo e outros órgãos competentes sobre os impactos das ações corretivas, destacando os benefícios e melhorias resultantes das auditorias anteriores.

A publicação do relatório de auditoria operacional não marca o fim do processo de auditoria. Pelo contrário, ela inicia uma nova fase de acompanhamento e verificação da implementação das recomendações. Este acompanhamento é crucial para garantir que as mudanças propostas sejam efetivas e que os benefícios estimados sejam alcançados. O auditor deve permanecer engajado, monitorando o progresso e ajustando as deliberações conforme necessário para atender aos desafios que surgem durante a implementação.

Existem diversas formas de realizar o monitoramento, cada uma adaptada ao contexto específico da auditoria. Este pode incluir revisões periódicas, auditorias de seguimento ou outros mecanismos que ajudem a verificar o estado da implementação das recomendações. É importante que o monitoramento seja proativo e orientado para garantir que as ações implementadas estejam produzindo os resultados desejados e contribuindo para a melhoria contínua.

TEMAS ESPECÍFICOS DE UMA AUDITORIA OPERACIONAL EM RPPS

A auditoria operacional em RPPS pode abordar diversos temas. Neste PTT, sugere-se quatro temas principais que podem ser fiscalizados nos RPPS pelos Tribunais de Contas por meio de auditoria operacional: gestão administrativa, gestão de benefícios previdenciários, gestão da carteira de investimentos e gestão atuarial.

Gestão administrativa

Este tema busca analisar a adequação e o funcionamento das estruturas que compõem a gestão do RPPS. Podem estar incluídos nesta análise os seguintes objetos de auditoria:

- a) *Gestão e estrutura da Unidade Gestora do RPPS*: Examinar a governança, capacidade e autonomia da unidade gestora em administrar o RPPS de maneira eficiente, incluindo o cumprimento de procedimentos administrativos e contábeis;
- b) *Despesas administrativas e uso de recursos do RPPS*: Investigar se as despesas administrativas estão sendo realizadas dentro dos limites legais e se os recursos do RPPS estão sendo utilizados exclusivamente para os fins previdenciários;
- c) *Pró-Gestão RPPS*: Avaliar se o RPPS está enquadrado em algum dos níveis do Pró-Gestão RPPS e, caso contrário, verificar o nível de aderência do RPPS às práticas de governança e controles internos preconizadas pelo programa;
- d) *Transparência e tempestividade no envio de informações*: Examinar o grau de aderência dos RPPS ao envio de demonstrativos e informações financeiras e atuariais dentro dos prazos estabelecidos.

Gestão de benefícios previdenciários

Este tema busca analisar a adequação dos procedimentos necessários à análise e concessão de benefícios previdenciários. Podem estar incluídos nesta análise os seguintes objetos de auditoria:

- a) *Procedimentos de concessão de benefícios previdenciários*: Examinar o cumprimento das formalidades necessárias à análise de documentos e demais dados necessários à verificação de direito e cálculo dos benefícios previdenciários;
- b) *Contribuições previdenciárias*: Avaliar a regularidade e a contabilização dos repasses das contribuições previdenciárias, tanto do ente como dos segurados, para garantir que os recursos estão sendo corretamente alocados ao RPPS;
- c) *Viabilização da compensação previdenciária*: Avaliar a tempestividade do envio dos atos de aposentadoria e pensão por morte para registro junto ao Tribunal de Contas, bem como do cadastro dos requerimentos de compensação na ferramenta COMPREV.

Gestão da carteira de investimentos

Esse tema busca analisar a adequação da gestão dos recursos previdenciários, bem como dos procedimentos de segurança na alocação destes recursos. Podem estar incluídos nesta análise os seguintes objetos de auditoria:

- a) *Investimentos do RPPS*: Analisar as políticas de investimento, a gestão e a performance dos investimentos realizados pelo RPPS, assegurando que os investimentos estejam em conformidade com as diretrizes e limites regulamentares;
- b) *Funcionamento do Comitê de Investimentos*: Analisar se o comitê de investimento funciona conforme o esperado, participando efetivamente do processo de credenciamento das instituições que recebem ou administram recursos, analisando as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência previstas na Resolução do CMN;
- c) *Meta de rentabilidade*: analisar o histórico recente de rentabilidade, bem como as ações implementadas para adequação dos investimentos quando do não atingimento da meta prevista na Política de Investimentos.

Gestão atuarial

Esse tema busca analisar a adequação das bases de dados, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial do RPPS. Podem estar incluídos nesta análise os seguintes objetos de auditoria:

- a) *Cadastro Previdenciário*: Avaliar a atualização e a suficiência da base cadastral dos segurados para garantir a precisão das avaliações atuariais e a adequada gestão dos benefícios;
- b) *Avaliação Atuarial Anual*: Verificar a adequação e a razoabilidade das premissas atuariais utilizadas nas avaliações, o cumprimento das normas atuariais e a adequação do plano de amortização do déficit atuarial;
- c) *Cobertura dos compromissos previdenciários*: Analisar se os fundos disponíveis e as aplicações financeiras são suficientes para cobrir as obrigações atuais e futuras dos RPPS, avaliando a solvência e a adequação das provisões matemáticas.

QUESTÕES DE AUDITORIA OPERACIONAL EM RPPS

Com base nos temas selecionados, bem como nos objetos de auditoria exemplificados, as tabelas 1, 2, 3 e 4, apresentam questões de auditoria a serem respondidas durante os trabalhos de auditoria operacional em RPPS:

Tabela 1 – *Questões de auditoria do tema gestão administrativa*

OBJETO	QUESTÕES
Gestão e estrutura da unidade gestora do RPPS	1. A unidade gestora do RPPS possui um organograma definido e atualizado que reflete suas funções e responsabilidades?
	2. As políticas e procedimentos administrativos do RPPS estão documentados e são regularmente revisados?
	3. A unidade gestora possui autonomia e capacidade financeira suficiente para tomar decisões estratégicas e operacionais?
	4. Os dirigentes e membros de conselhos da unidade gestora possuem as qualificações necessárias e estabelecidas para o exercício da função?
Despesas administrativas e uso de recursos do RPPS	5. As despesas administrativas do RPPS estão sendo realizadas dentro dos limites estabelecidos?
	6. Os recursos do RPPS estão sendo utilizados exclusivamente para fins previdenciários conforme as diretrizes legais?
	7. Existe um controle efetivo sobre as despesas administrativas, incluindo a aprovação e registro adequados?
Pró-Gestão RPPS	8. O RPPS está enquadrado em algum dos níveis do Pró-Gestão RPPS? Se não, quais são as barreiras para o enquadramento?
	9. O RPPS segue as práticas de governança corporativa e controle interno recomendadas pelo Pró-Gestão RPPS?
	10. Há um plano de ação para alcançar os níveis superiores do Pró-Gestão RPPS e melhorar a governança?
Transparência e tempestividade no envio de informações	11. O RPPS está cumprindo os prazos para o envio de demonstrativos financeiros e atuariais aos órgãos de controle?
	12. As informações enviadas pelo RPPS são completas, precisas e devidamente validadas?
	13. Existe uma política de transparência que assegura a divulgação tempestiva de informações relevantes para os segurados e cidadãos?
	14. Como o RPPS garante a qualidade e a precisão das informações enviadas para o controle externo?

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 2 – Questões de auditoria do tema gestão de benefícios previdenciários

OBJETO	QUESTÕES
Procedimentos de concessão de benefícios previdenciários	1. Os procedimentos para análise e concessão de benefícios previdenciários estão compatíveis com os requisitos exigidos pela legislação, são documentados e seguidos de forma consistente?
	2. Os prazos para a análise e concessão de benefícios previdenciários estão são razoáveis?
	3. Existe um sistema de gestão que permita o acompanhamento e controle dos benefícios concedidos, bem como dos processos em andamento?
	4. Há registros adequados e completos da avaliação do controle interno, com manifestação sobre a conformidade do processo, incluindo justificativas e cálculos realizados, antes das decisões de concessão de benefícios?
Contribuições previdenciárias	5. As contribuições previdenciárias do ente e dos segurados estão sendo recolhidas de forma regular e tempestiva?
	6. Os valores das contribuições previdenciárias estão sendo corretamente calculados e registrados na contabilidade do RPPS?
	7. Existe um sistema de controle para monitorar e cobrar eventuais contribuições em atraso?
Viabilização da compensação previdenciária	8. Os atos de aposentadoria e pensão por morte estão sendo enviados tempestivamente para registro junto ao Tribunal de Contas?
	9. Os requerimentos de compensação previdenciária estão sendo cadastrados de forma adequada e oportuna na ferramenta de COMPREV?
	10. Há um acompanhamento contínuo das solicitações de compensação previdenciária para garantir que todas as pendências sejam resolvidas?

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 3 – *Questões de auditoria do tema gestão de investimentos*

OBJETO	QUESTÕES
Investimentos do RPPS	1. A política de investimentos do RPPS está formalmente documentada, aprovada pelo Conselho Deliberativo e segue as diretrizes regulamentares?
	2. A carteira de investimentos do RPPS está diversificada de acordo com os limites estabelecidos pela política de investimentos e pelas normas regulatórias?
	3. Os riscos associados aos investimentos estão sendo identificados, analisados, avaliados, controlados e monitorados por meio de procedimentos e controles internos formalizados?
	4. Os investimentos estão sendo monitorados regularmente para avaliar a performance e a conformidade com as políticas de investimento?
Funcionamento do Comitê de Investimentos	5. O comitê de investimentos está regularmente realizando reuniões e mantendo atas detalhadas dessas reuniões?
	6. O comitê de investimentos participa efetivamente do processo de credenciamento dos fundos de investimento?
	7. Há registros adequados e transparentes das decisões de investimento, incluindo análises de risco e retorno?
	8. As decisões do comitê de investimentos consideram as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência previstas na Resolução do CMN?
Meta de rentabilidade	9. O histórico recente de rentabilidade dos investimentos do RPPS está sendo avaliado e comparado com a meta atuarial?
	10. Existe um plano de ação para melhorar a rentabilidade da carteira de investimentos, em caso de não atingimento da meta?
	11. Existem controles internos regulares que avaliam a gestão da carteira de investimentos do RPPS?

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 4 – Questões de auditoria do tema gestão atuarial

OBJETO	QUESTÕES
Cadastro Previdenciário	1. A base cadastral dos segurados utilizada na avaliação atuarial está atualizada e contém todas as informações necessárias?
	2. Existem procedimentos regulares para a atualização e verificação da precisão dos dados cadastrais dos segurados?
	3. Há controles internos para garantir a integridade e a segurança dos dados cadastrais?
Avaliação Atuarial Anual	4. As avaliações atuariais são realizadas por atuários devidamente qualificados e certificados?
	5. As premissas atuariais utilizadas nas avaliações anuais são adequadas e razoáveis, conforme as normas vigentes?
	6. A metodologia utilizada nas avaliações atuariais está alinhada com as melhores práticas?
	7. Existem relatórios regulares de acompanhamento que documentam o cumprimento das recomendações atuariais?
	8. O plano de amortização do déficit atuarial está devidamente documentado, é viável e segue as normas atuariais?
Cobertura dos Compromissos Previdenciários	9. Os estudos atuariais incluem análises de viabilidade financeira a longo prazo para assegurar a sustentabilidade do RPPS?
	10. Os ativos garantidores e os planos de custeio normal e suplementar são suficientes para cobrir as obrigações atuais e futuras dos RPPS?
	11. O RPPS adota boas práticas de gestão atuarial para monitorar e gerenciar os riscos atuariais, incluindo medidas para garantir a solvência do plano de benefícios?

Fonte: Elaboração do autor

Estas questões visam cobrir as principais áreas de interesse nos temas de gestão de um RPPS, assegurando que todos os aspectos críticos sejam auditados de maneira abrangente. No entanto, se trata de um roteiro proposto, que deve ser avaliado de acordo com os objetivos, o tempo e o escopo da auditoria, bem como a qualificação dos membros da equipe de auditoria, devendo ser adaptado e sofrer alterações pertinentes ao trabalho de auditoria específico.

MODELOS DE PAPÉIS DE TRABALHO DA AUDITORIA OPERACIONAL EM RPPS

Os papéis de trabalho são documentos e anotações preparados em diversos meios que contêm informações e evidências elaboradas diretamente pelo profissional de auditoria governamental ou sob sua supervisão. Estes documentos registram as evidências dos trabalhos executados e fundamentam as opiniões e comentários da equipe de auditoria. Eles constituem registros permanentes dos serviços realizados, detalhando os procedimentos seguidos, os testes efetuados, as informações obtidas e as conclusões derivadas do exame.

O registro das atividades de auditoria em papéis de trabalho auxilia na organização e no suporte necessário à fundamentação da opinião da equipe de auditoria, subsidia a elaboração do relatório, evidencia que os trabalhos foram executados conforme o planejado, facilita sua supervisão e revisão, e serve como fonte de informações para outros trabalhos. Além disso, os papéis de trabalho podem servir de prova em processos administrativos e judiciais, sendo necessário, portanto, que sejam suficientemente completos e detalhados, permitindo a compreensão por qualquer pessoa que não tenha participado dos trabalhos. Exemplos de papéis de trabalho incluem Matriz de Planejamento, Plano de Auditoria, Matriz de Achados, Plano de Ação, Solicitação de Documentos, Roteiro de Entrevista, Matriz de Monitoramento, Notificações diversas, entre outros.

Na sequência são introduzidos quatro papéis de trabalho essenciais a execução da auditoria operacional incluindo modelos destes papéis de trabalho, indicando como preencher cada um dos campos indicados, além de modelos de exemplo das matrizes de planejamento preenchidas para cada um dos temas listados acima, sugerindo alguns procedimentos de auditoria específicos.

Descrição dos papéis de trabalho

Plano de Auditoria

O Plano de Auditoria é um instrumento fundamental para a realização de auditorias operacionais eficazes. Ele detalha as etapas a serem seguidas pela equipe de auditoria, garantindo que todos os aspectos relevantes do objeto auditado sejam considerados e que os procedimentos sejam realizados de maneira sistemática e organizada. Este documento é essencial para assegurar que os objetivos da auditoria sejam claramente definidos e alcançados, proporcionando uma base sólida para a análise e a tomada de decisões subsequentes.

Ao término da fase de planejamento, é necessário elaborar o Plano de Auditoria. Este documento, ao ser formalmente registrado, sintetiza a natureza do trabalho a ser realizado e os resultados almejados. Ele possibilita ao Tribunal de Contas compreender o objeto da auditoria e avaliar a viabilidade e a necessidade de sua execução. No âmbito de uma Auditoria Operacional, é crucial enfatizar os resultados esperados, destacando as oportunidades de melhoria e, sempre que possível, especificando os benefícios previstos, sejam eles quantitativos ou qualitativos. Isso facilita a análise de custo-benefício da auditoria e assegura que os esforços da equipe de auditoria sejam direcionados para áreas de maior impacto e relevância.

Matriz de Planejamento

A Matriz de Planejamento é uma ferramenta essencial no processo de auditoria operacional. Ela organiza e detalha todas as etapas do planejamento, assegurando que cada aspecto relevante do objeto auditado seja considerado de maneira sistemática e eficaz. A matriz serve como um guia prático para a equipe de auditoria, facilitando a execução dos procedimentos de auditoria e a obtenção de evidências necessárias para alcançar os objetivos da auditoria. Este documento também garante a transparência e a consistência no processo de auditoria, permitindo um acompanhamento estruturado das atividades planejadas.

A Matriz de Planejamento é um documento de trabalho que reúne todas as informações relevantes para o planejamento da auditoria, servindo como uma referência para a execução dos trabalhos. Ela detalha todas as etapas e procedimentos a serem realizados durante a fase de execução, visando o alcance dos

objetivos estabelecidos. Este instrumento de auditoria torna o planejamento mais sistemático e direcionado, facilitando a comunicação das decisões metodológicas e auxiliando a condução dos trabalhos de campo. A matriz é um documento dinâmico, que pode ser atualizado ou ajustado pela equipe de auditoria conforme o trabalho progride.

Matriz de Achados

A Matriz de Achados é um papel de trabalho crucial para documentar e organizar os achados da auditoria. Ela estabelece uma relação lógica entre os achados, a situação encontrada, os critérios aplicáveis, as causas identificadas, os efeitos observados, as boas práticas constatadas e as propostas de encaminhamento, além dos benefícios estimados caso essas recomendações sejam implementadas. Este documento é essencial para apoiar os trabalhos de auditoria, fornecendo uma estrutura lógica e coerente que guia a elaboração do Relatório de Auditoria. A matriz de achados facilita a comunicação dos resultados e auxilia na compreensão das implicações dos achados, promovendo a tomada de decisões informadas e a implementação de melhorias.

Plano de Ação

O Plano de Ação é um documento essencial no processo de auditoria, utilizado para delinear as etapas necessárias para a implementação das recomendações de auditoria. Ele detalha as ações corretivas que a entidade auditada deve adotar, especificando prazos, recursos necessários, responsáveis pela execução e status de realização. Este documento é fundamental para assegurar que as recomendações sejam efetivamente implementadas, promovendo melhorias contínuas na gestão e operação da entidade auditada. O Plano de Ação também facilita o monitoramento e a avaliação das ações corretivas, garantindo que os resultados esperados sejam alcançados e que os benefícios estimados se concretizem.

Modelos dos Papéis de Trabalho

Figura 1 - Modelo de Plano de Auditoria

Plano de Auditoria Operacional		
		Papel de Trabalho nº XXX
Informações institucionais		
Processo:	Identifique o número ou código do processo relacionado à auditoria.	
Origem:	Especifique a origem da solicitação de auditoria, seja ela interna ou externa.	
Entidade auditada:	Informe o nome da entidade que será auditada.	
Responsável:	Indique o nome e o cargo do responsável pela entidade auditada.	
Tema(s) da Auditoria:	Defina os temas centrais da auditoria operacional.	
Objeto(s) auditado(s):	Descreva os objetos específicos que serão auditados.	
Equipe de Auditoria		
Nome:	Cargo/unidade:	Telefone de contato/e-mail
Liste os membros da equipe de auditoria, incluindo suas informações de contato.		
1. PLANO DE AUDITORIA Descreva o objetivo deste documento, apresentando de forma resumida o objetivo da auditoria operacional e os principais temas e objetos a serem avaliados. 2. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO OBJETO DE AUDITORIA Forneça uma visão detalhada do objeto auditado, incluindo: - Localização; - Tempo de atuação; - Objetivos e histórico de alterações; - Legislações, normas e instruções específicas; - Estrutura organizacional e responsáveis pela gestão; - Fontes de financiamento e principais itens de custo e despesa; - Histórico de ações fiscalizadoras e julgamento de contas. 3. ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNOS DA ENTIDADE Avalie a eficácia e a eficiência dos controles internos, destacando: - Efetividade das operações; - Validade e confiabilidade das informações; - Cumprimento de leis e regulamentos; - Salvaguardas de ativos; - Prevenção de impropriedades e irregularidades. 4. OBJETIVO(S) DA AUDITORIA Descreva o objetivo geral da auditoria operacional, destacando os principais aspectos a serem avaliados, e a origem da demanda, seja por fato ou irregularidade, programação anual ou outra origem. 5. NÍVEL DE ASSEGURAÇÃO PREVISTO Informe e justifique se a auditoria buscará uma asseguração razoável ou limitada.		

(Continua)

6. RISCOS IDENTIFICADOS

Descreva os riscos associados à auditoria, incluindo:

- Atividades/processos críticos;
- Perfil dos controles internos;
- Risco de detecção previsto;
- Riscos de auditoria identificados.

7. ESCOPO DE AUDITORIA

Apresente o núcleo central do objeto a ser auditado, identificando a extensão dos testes e a profundidade dos procedimentos aplicáveis.

8. QUESTÕES DE AUDITORIA

Liste as questões específicas a serem respondidas durante a execução da auditoria e possíveis achados esperados.

9. LIMITAÇÕES DE AUDITORIA

Descreva quaisquer possíveis limitações que possam afetar o alcance dos objetivos da auditoria.

10. PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AUDITORIA APLICÁVEIS

Descreva os procedimentos e técnicas de auditoria que serão utilizados para responder às questões de auditoria.

11. ESTIMATIVAS DE PESSOAL, CUSTOS E PRAZOS

Proponha os membros da equipe de auditoria para a fase de execução e, se necessário, outros servidores para o planejamento. Apresente um cronograma sintético para as fases de execução e elaboração do relatório. Inclua estimativas de custos para deslocamentos e diárias, se necessário.

12. CONCLUSÃO

Apresente uma conclusão sobre a viabilidade e necessidade da auditoria. Se for identificado que a auditoria não é viável ou necessária, sugira instrumentos de fiscalização alternativos ou o arquivamento do processo.

Local / Data (da elaboração do Plano de Auditoria)

Assinaturas Eletrônicas: Inclua as assinaturas eletrônicas dos membros da equipe de auditoria, do revisor e do responsável pela unidade técnica.

Figura 2 - Modelo de Matriz de Planejamento

Matriz de Planejamento		Papel de Trabalho nº XXX			
Informações institucionais					
Processo:	Identifique o número ou código do processo relacionado à auditoria.				
Origem:	Especifique a origem da solicitação de auditoria, seja ela interna ou externa.				
Entidade auditada:	Informe o nome da entidade que será auditada.				
Tema(s) da Auditoria:	Defina os temas centrais da auditoria operacional.				
Equipe de Auditoria					
Nome:	Cargo/unidade:	Telefone de contato/e-mail			
Liste os membros da equipe de auditoria, incluindo suas informações de contato.					
Objeto de Auditoria: Descreva o objeto específico que será auditado. Se houver mais de um objeto, elabore um quadro separado para cada.					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
Elabore as questões de auditoria na forma de perguntas. Estas devem englobar todos os itens que compõem o escopo da auditoria com vistas à satisfação do objetivo	Identifique as informações necessárias para responder a cada questão de auditoria. Estas informações representam os dados que se busca e não devem ser confundidas com a fonte ou o documento onde se encontram registrados.	Especifique as fontes de cada item de informação. Exemplos incluem documentos, pessoas, comissões etc.	Especifique os procedimentos e ações indicando como serão executados os trabalhos. Deve ser elaborado pelo menos um procedimento para cada técnica a ser empregada.	Especifique as limitações quanto à estratégia metodológica adotada; ao acesso a pessoas e informações; à qualidade das informações; às condições operacionais de realização do trabalho.	Especifique possíveis conclusões ou resultados a serem alcançados para cada questão de auditoria.
Local / Data (da elaboração da Matriz de Planejamento)					
Assinaturas Eletrônicas: Inclua as assinaturas eletrônicas dos membros da equipe de auditoria, do revisor e do responsável pela unidade técnica.					

Elaborado pelo autor.

Figura 3 - Modelo de Matriz de Achados

Matriz de Achados

Papel de Trabalho nº XXX

Informações institucionais				
Processo:	Identifique o número ou código do processo relacionado à auditoria.			
Origem:	Especifique a origem da solicitação de auditoria, seja ela interna ou externa.			
Entidade auditada:	Informe o nome da entidade que será auditada.			
Objeto(s) auditado(s):	Descreva os objetos específicos que serão auditados.			

Equipe de Auditoria				
Nome:	Cargos/unidade:		Telefone de contato/e-mail	
Liste os membros da equipe de auditoria, incluindo suas informações de contato.				

ACHADO Nº:	Situação encontrada	Efeitos	Causas	Boas práticas	Encaminhamentos	Benefícios
	Descreva resumidamente a situação identificada, incluindo o período de ocorrência e como contraria o critério estabelecido.	Explique por que a situação encontrada é indesejável, identificando os objetivos não atingidos e a dimensão do impacto. Diferencie entre efeito real e efeito potencial.	Descreva os motivos que levaram à ocorrência da situação encontrada. Relacione a causa a pessoas, processos ou produtos, conforme as vulnerabilidades constatadas no planejamento.	Identifique ações que levam a um bom desempenho e que podem subsidiar a proposta de recomendações e determinações.	Proponha recomendações para tratar a origem dos problemas diagnosticados e mitigar seus efeitos.	Mencione os ganhos para gestores, responsáveis e beneficiários com a implementação das propostas.
	ACHADO Nº:	Devido a [CAUSA, fonte da vulnerabilidade encontrada], ocorreu [SITUAÇÃO ENCONTRADA, incluindo critério(s) contrariado(s)], o que levou a [EFEITOS, consequência negativa da situação encontrada], impactando [comprometimento do objetivo da organização/dano econômico/dano social].				
	Situação encontrada	Efeitos	Causas	Boas práticas	Encaminhamentos	Benefícios

Figura 4 - Modelo de Plano de Ação

Plano de Ação		Papel de Trabalho nº XXX		Ela	
Informações institucionais					
Processo:	Identifique o número ou código do processo relacionado à auditoria.				
Origem:	Especifique a origem da solicitação de auditoria, seja ela interna ou externa.				
Entidade auditada:	Informe o nome da entidade que será auditada.				
Objeto(s) auditado(s):	Descreva os objetos específicos que serão auditados.				
Equipe de Auditoria					
Nome:		Cargo/unidade:		Telefone de contato/e-mail	
Liste os membros da equipe de auditoria, incluindo suas informações de contato.					
ACHADO Nº: Devido a [CAUSA, fonte da vulnerabilidade encontrada], ocorreu [SITUAÇÃO ENCONTRADA, incluindo critério(s) contrariado(s)], o que levou a [EFEITOS, consequência negativa da situação encontrada], impactando [comprometimento do objetivo da organização/dano econômico/dano social].					
Recomendação de Auditoria	Ação a ser implementada	Data início e prazo para implementar a ação	Recursos necessários	Responsável	Status de realização/ev evidências
Descreva a recomendação para corrigir ou mitigar a situação encontrada, a qual será objeto da ação a ser implementada.	Descreva a ação específica que será adotada para atender à recomendação de auditoria.	Especifique a data de início e o prazo estimado para a implementação da ação.	Indique os recursos (humanos, financeiros, materiais) necessários para implementar a ação.	Nomeie o responsável pela implementação da ação.	Documente o status atual da ação e quaisquer evidências que comprovem seu progresso ou conclusão.
ACHADO Nº: Devido a [CAUSA, fonte da vulnerabilidade encontrada], ocorreu [SITUAÇÃO ENCONTRADA, incluindo critério(s) contrariado(s)], o que levou a [EFEITOS, consequência negativa da situação encontrada], impactando [comprometimento do objetivo da organização/dano econômico/dano social].					
Recomendação de Auditoria	Ação a ser implementada	Data início e prazo para implementar a ação	Recursos necessários	Responsável	Status de realização/ev evidências
Local / Data (da elaboração do Plano de ação)					
Assinaturas Eletrônicas: Inclua as assinaturas eletrônicas dos membros da equipe de auditoria, do revisor e do responsável pela unidade técnica.					

Matrizes de Planejamento da Auditoria Operacional em RPPS

Figura 5 - Matriz de Planejamento do Tema Gestão Administrativa

Objeto de Auditoria: Gestão e estrutura da unidade gestora do RPPS					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
1. A unidade gestora do RPPS possui um organograma definido e atualizado que reflete suas funções e responsabilidades?	Verificar se a Unidade Gestora (UG) possui a organização necessária ao funcionamento do RPPS. Verificar se os dirigentes e órgãos colegiados previstos na norma geral estão implantados e em funcionamento no RPPS.	Lei que criou o RPPS. Lei(s) que dispõe(m) sobre a estruturação da Unidade Gestora (UG) do RPPS. Portaria MTP 1467/2022. Atos de nomeação/designação dos dirigentes e membros dos órgãos colegiados da UG do RPPS. Organograma da UG. Site do RPPS.	Análise documental. Observação direta. Entrevista.	Possível dificuldade de acesso a documentos atualizados ou completos. Resistência dos entrevistados em fornecer informações detalhadas.	Conformidade ou não do organograma com as funções e responsabilidades estabelecidas. Falhas na atualização e comunicação do organograma. Impacto da ausência de um organograma atualizado na gestão do RPPS.
2. As políticas e procedimentos administrativos do RPPS estão documentados e são regularmente revisados?	Verificar se a UG possui manuais e normas internas de organização e procedimentos administrativos. Verificar se a UG possui registro de atas de reuniões dos órgãos colegiados.	Normas internas da UG. Site do RPPS. Atas de reunião de órgãos colegiados. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Observação direta. Entrevista.	Possível falta de documentação formalizada. Dificuldade em obter registros completos de revisões e atualizações.	Identificação de políticas e procedimentos documentados e revisados regularmente. Falhas na documentação e revisão das políticas e procedimentos. Impacto da ausência de revisões regulares na eficácia administrativa do RPPS.

(Continua)

3. A unidade gestora possui autonomia suficiente para tomar decisões estratégicas e operacionais?	Verificar a regularidade das reuniões dos órgãos colegiados da UG. Verificar se as deliberações dos órgãos colegiados são adotadas na aplicação dos recursos previdenciários e administrativos.	Lei(s) que dispõem(m) sobre a estruturação da Unidade Gestora (UG) do RPPS. Normas internas da UG. Site do RPPS. Atas de reunião de órgãos colegiados. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Análise de Conteúdo. Observação direta. Entrevista.	Resistência em fornecer documentação completa sobre a autonomia. Possível falta de clareza nos documentos sobre a autonomia e as atribuições.	Conformidade ou não da autonomia da unidade gestora. Impacto da autonomia (ou falta dela) nas decisões estratégicas e operacionais do RPPS. Identificação de áreas onde a autonomia pode ser melhorada.
4. Os dirigentes e membros de conselhos da unidade gestora possuem as qualificações necessárias para o exercício da função?	Verificar se os dirigentes da UG possuem os requisitos estabelecidos na norma geral e na legislação local para exercício das funções. Verificar se os membros dos órgãos colegiados da UG possuem os requisitos estabelecidos na norma geral e na legislação local para exercício das funções.	Diplomas e Certificados de graduação. Certificação profissional. Lei que define as atribuições dos cargos efetivos (PCS/PCCR do Ente). Lei(s) que dispõem(m) sobre a estruturação da Unidade Gestora (UG) do RPPS. Portaria MTP 1467/2022. Lei 9.717/98 Site do RPPS. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de Dados. Entrevista.	Dificuldade em obter documentação completa das qualificações. Resistência dos dirigentes e membros de conselhos em fornecer informações detalhadas.	Conformidade ou não das qualificações com as normas estabelecidas. Impacto das qualificações (ou falta delas) na gestão do RPPS. Identificação de necessidades de treinamento e capacitação.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Despesas administrativas e uso de recursos do RPPS					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
5. As despesas administrativas do RPPS estão sendo realizadas dentro dos limites estabelecidos?	Verificar se os limites da taxa de administração estabelecidos estão de acordo com o estabelecido na norma geral. Verificar se as despesas correntes e de capital do RPPS estão sendo custeadas integralmente com recursos do custeio administrativo.	Lei que define as alíquotas de contribuição e o custeio administrativo. Portaria MTP 1467/2022. Lei 9.717/98. Art. 167, XII, da CF/88. Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico.	Análise documental. Conciliação. Análise de Contas. Cruzamento de Dados.	Dificuldade de acesso a documentos financeiros atualizados.	Conformidade ou não das despesas administrativas com os limites estabelecidos. Identificação de despesas que não estejam sendo custeadas conforme os recursos do custeio administrativo. Impacto da má gestão das despesas administrativas na sustentabilidade do RPPS.
6. Os recursos do RPPS estão sendo utilizados exclusivamente para fins previdenciários conforme as diretrizes legais?	Verificar se os recursos da taxa de administração e os recursos destinados ao pagamento de benefícios estão sendo mantidos em contas contábeis e bancárias distintas.	Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico. Lei 4320/64. Portaria MOG nº 42/99. PCASP.	Análise documental. Conciliação. Análise de Contas. Cruzamento de Dados.	Dificuldade em obter registros financeiros detalhados e segregados.	Conformidade ou não na segregação dos recursos previdenciários. Identificação de uso indevido de recursos previdenciários. Impacto da gestão inadequada dos recursos na sustentabilidade do RPPS.

(Continua)

7. Existe um controle efetivo sobre as despesas administrativas, incluindo a aprovação e registro adequados?	Verificar se as decisões de utilização de recursos da taxa de administração possuem o devido registro, incluindo a observação de autorização orçamentária. Verificar se existe formação de reserva administrativa e sua destinação. Verificar se a utilização de recursos da reserva administrativa é precedida de autorização pelo Conselho Deliberativo. Verificar a existência de reversão das sobras da taxa de administração ao ente federativo.	Lei que define as alíquotas de contribuição e o custeio administrativo. Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico. Atas e registros de reunião do Conselho Deliberativo.	Análise documental. Conciliação. Análise de Contas. Cruzamento de Dados.	Possível falta de documentação formalizada. Dificuldade em obter registros completos das decisões e autorizações.	Conformidade ou não na conformidade de autorização e registro das despesas administrativas. Falhas na formação e destinação das reservas administrativas.
--	---	---	--	---	---

Objeto de Auditoria: Pró-Gestão RPPS					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
8. O RPPS está enquadrado em algum dos níveis do Pró-Gestão RPPS? Se não, quais são as barreiras para o enquadramento?	Verificar se qual nível de aderência do RPPS ao Pró-Gestão. Verificar se os dirigentes do RPPS vislumbram adesão ao Pró-Gestão.	Manual do Pro-Gestão. Site do Pro-Gestão. Atas e registros de reunião dos dirigentes do RPPS. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista. Análise de conteúdo.	Dificuldade na identificação de barreiras e desafios. Resistência em fornecer informações sobre deficiências de gestão. Inabilidade dos gestores em compreender e fornecer detalhes sobre a situação do RPPS e planos futuros.	Conformidade ou não com a conformidade do RPPS com os níveis do Pró-Gestão. Identificação de barreiras para a adesão ao Pró-Gestão. Impacto das barreiras identificadas na eficiência da gestão do RPPS.

(Continua)

9. O RPPS segue as práticas de governança corporativa, transparência e controle interno recomendadas pelo Pró-Gestão RPPS?	Verificar se, e em que medida os requisitos básicos de adesão ao Pró-Gestão estão implementados no RPPS.	Manual do Pro-Gestão. Site do Pro-Gestão. Atas e registros de reunião dos dirigentes do RPPS. Site do RPPS. Documentos e procedimentos internos do RPPS. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista. Observação direta.	Inexistência ou dificuldade na obtenção de detalhes sobre práticas de governança, controle interno e transparência.	Conformidade ou não com as práticas recomendadas pelo Pró-Gestão. Identificação de lacunas na governança, transparência e controle interno. Impacto das práticas (ou falta delas) na eficiência e transparência do RPPS.
10. Há um plano de ação para alcançar os níveis superiores do Pró-Gestão RPPS e melhorar a governança?	Verificar se há capacidade financeira e operacional, bem como o porte necessário para alcançar nível de aderência mais elevado. Verificar se existe plano documentado para adesão ou aumento do nível de aderência ao Pró-Gestão projetado ou em andamento no RPPS.	Site do RPPS. Documentos e procedimentos internos do RPPS. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista.	Inexistência de planos de ação. Dificuldade em obter informações completas e de qualidade sobre iniciativas em andamento.	Existência ou não de um plano de ação documentado. Qualidade e abrangência do plano de ação. Impacto do plano de ação na melhoria da governança do RPPS.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Transparência e tempestividade no envio de informações					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
11. O RPPS está cumprindo os prazos para o envio de demonstrativos financeiros e atuariais aos órgãos de controle?	Verificar se o RPPS tem encaminhado documentação exigida pelo Tribunal de Contas no prazo definido. Verificar se o RPPS tem encaminhado documentação exigida pelo Ministério da Previdência Social no prazo definido.	Sistemas internos do Tribunal de Contas. Norma do Tribunal de contas que define o envio de documentação dos RPPS. Portaria MTP 1467/2022. CADPREV.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter registros completos e atualizados de envios de documentação. Identificação de atrasos ou falhas no envio de documentos. Impacto da falta de tempestividade no cumprimento das obrigações regulatórias.	Conformidade ou não conformidade com os prazos de envio de documentação. Identificação de atrasos ou falhas no envio de documentos. Impacto da falta de tempestividade no cumprimento das obrigações regulatórias.
12. As informações enviadas pelo RPPS são completas, precisas e devidamente validadas?	Verificar as notificações e procedimentos do Tribunal de Contas que visam a correção de dados fornecidos pelo RPPS. Verificar as irregularidades apontadas no CADPREV quanto ao envio de informações.	Sistemas internos do Tribunal de Contas. Diário Oficial do Tribunal de Contas. Norma do Tribunal de contas que define o envio de documentação dos RPPS. CADPREV.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter registros detalhados de notificações e correções. Possível resistência em fornecer informações completas sobre dados enviados.	Conformidade ou não conformidade na precisão e completude das informações enviadas. Identificação de falhas na validação dos dados fornecidos. Impacto das informações incorretas ou incompletas nas contas do RPPS. Impacto das informações incorretas ou incompletas na emissão do CRP.

(Continua)

13. Existe uma política de transparência que assegure a divulgação tempestiva de informações relevantes para os segurados e cidadãos?	Verificar a existência de política de divulgação de dados e transparência no RPPS. Verificar a existência e a qualidade dos dados fornecidos no site do RPPS ou Portal Transparência. Verificar a existência de Cartilha dirigida aos segurados que contemple os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários.	Site do RPPS. Portal Transparência do RPPS. Documentos e procedimentos internos do RPPS.	Análise documental. Análise de conteúdo. Observação direta.	Inexistência de site ou portal transparência do RPPS. Dificuldade em acessar informações completas sobre as políticas de transparência.	Existência ou não de uma política de transparência documentada. Qualidade e tempestividade das informações divulgadas. Impacto da transparência (ou falta dela) na confiança dos segurados e cidadãos.
14. Como o RPPS garante a qualidade e a precisão das informações enviadas para o controle externo?	Verificar a ação da governança e dos controles internos na qualidade das informações prestadas ao Tribunal de Contas e ao MPS.	Documentos e procedimentos internos. Lei(s) que dispõe(m) sobre a estruturação da Unidade Gestora (UG) do RPPS. Ato de designação de responsáveis pelo Controle Interno. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista. Observação direta	Dificuldade em obter detalhes completos dos controles internos. Resistência em fornecer informações sobre práticas de governança.	Conformidade ou não conformidade dos controles internos com as melhores práticas. Identificação de falhas na governança que afetam a qualidade das informações. Impacto dos controles internos na precisão e confiabilidade dos dados fornecidos.

Elaborado pelo autor.

Figura 6 - Matriz de Planejamento do Tema Gestão Benefícios Previdenciários

Objeto de Auditoria: Procedimentos de concessão de benefícios previdenciários					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
1. Os procedimentos para análise e concessão de benefícios previdenciários estão compatíveis com os requisitos exigidos pela legislação, são documentados e seguidos de forma consistente?	Verificar a existência de fluxo ou desenho de processo para análise e concessão de benefícios. Verificar se há manual ou material didático interno para instrução de servidores quanto ao procedimento de análise e concessão de benefícios. Verificar se os processos de análise e concessão de benefícios são devidamente formalizados e possuem padronização no rito de apreciação.	Documentos e procedimentos internos. Extratos de entrevistas. Processos formais de concessão de benefícios.	Análise documental. Entrevista. Observação direta	Possível falta de formalização de procedimentos. Dificuldade em obter documentos completos e atualizados.	Conformidade ou não na consistência dos procedimentos de concessão. Identificação de falhas na formalização e padronização dos processos. Impacto das inconsistências na eficiência e eficácia dos processos de concessão de benefícios.
2. Os prazos para a análise e concessão de benefícios previdenciários estão razoáveis?	Verificar o tempo médio de tramitação de processos de concessão de benefícios. Mensurar a razoabilidade da duração e eficácia dos procedimentos de análise de requerimentos de benefícios.	Documentos e procedimentos internos. Extratos de entrevistas. Processos formais de concessão de benefícios.	Análise documental. Entrevista. Observação direta	Dificuldade em obter registros precisos e atualizados dos prazos. Dificuldade no estabelecimento de benchmarks para definição de parâmetros razoáveis de análise.	Conformidade ou não dos prazos de concessão com os padrões estabelecidos. Identificação de atrasos e gargalos nos processos de concessão. Impacto dos prazos inadequados na satisfação dos beneficiários.

(Continua)

3. Existe um sistema de gestão que permita o acompanhamento e controle dos benefícios concedidos, bem como dos processos em andamento?	Verificar a existência de sistema informatizado que permita maior controle e celeridade na tramitação de processos de análise e concessão de benefícios.	Sistemas informatizados do RPPS.	Entrevista. Observação direta	Dificuldade no acesso e obtenção de informações detalhadas sobre os sistemas de gestão. Terceirização de sistemas e procedimentos de controle. Identificação de falhas ou limitações nos sistemas informatizados.	Conformidade ou não conformidade na utilização de sistemas de gestão para acompanhamento e controle dos benefícios. Identificação de falhas ou limitações nos sistemas informatizados.
4. Há registros adequados e completos da avaliação do controle interno, com manifestação sobre a conformidade do processo, incluindo justificativas e cálculos realizados, antes das decisões de concessão de benefícios?	Verificar se há procedimentos formalizados e padronizados da atuação do controle interno nos processos de análise e concessão de benefícios. Verificar a existência e adequação dos pareceres de controle interno em processos de análise e concessão de benefícios.	Documentos e procedimentos internos. Extratos de entrevistas. Processos formais de concessão de benefícios.	Análise documental. Entrevista. Observação direta	Possível inexistência de controles internos. Possível controle interno centralizado no Poder Executivo. Possível resistência em fornecer informações sobre a avaliação dos controles.	Conformidade ou não conformidade na avaliação e registro dos controles internos. Identificação de falhas na justificativa e cálculos das decisões de concessão. Impacto das falhas de controle na confiabilidade e transparência das decisões de concessão.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Contribuições previdenciárias					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
5. As contribuições previdenciárias do ente e dos segurados estão sendo recolhidas de forma regular e tempestiva?	Verificar se os valores devidos de contribuição patronal do ente são compatíveis com os valores repassados ao RPPS.	DIPR. Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade na obtenção de detalhes sobre a base de cálculo e aplicação das alíquotas de todas as entidades vinculadas ao RPPS.	Conformidade ou não na regularidade e tempestividade dos repasses.
	Verificar se os valores retidos de contribuição dos segurados ente é compatível com os valores repassados ao RPPS.	Portaria MTP 1467/2022.		Inexistência de registros formais de movimentação bancária no RPPS.	Identificação de atrasos ou inconsistências nos valores repassados.
	Verificar se a data dos repasses é compatível com a determinação normativa.			Dificuldade de obtenção de arquivos de retorno bancário junto às instituições financeiras.	Impacto da falta de regularidade nos repasses na sustentabilidade financeira do RPPS.
6. Os valores das contribuições previdenciárias estão sendo corretamente calculados e registrados na contabilidade do RPPS?	Verificar se a base de cálculo das contribuições previdenciárias dos segurados é compatível com os valores constantes em folha de pagamento.	DIPR. Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária.	Análise documental. Conciliação.	Dificuldade na obtenção de detalhes sobre a base de cálculo e aplicação das alíquotas de todas as entidades vinculadas ao RPPS.	Conformidade ou não na regularidade dos cálculos e registros das contribuições.
	Verificar se a base de cálculo das contribuições previdenciárias dos segurados é a mesma utilizada para a contribuição patronal.	RGF e extratos de transparência da DTP do Ente Federativo. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico.	Conferência de cálculos. Cruzamento de dados.		Identificação de falhas ou inconsistências nos cálculos e registros contábeis.
	Verificar se as alíquotas definidas para o plano de custeio estão sendo corretamente aplicadas.	Legislação pertinente ao Plano de Custeio do RPPS.		Dificuldade em obter registros completos e atualizados dos cálculos e registros contábeis.	Impacto da má gestão dos cálculos e registros na precisão das demonstrações financeiras do RPPS.
	Verificar se os lançamentos contábeis referentes aos repasses foram realizados de acordo com as NBASP	IPC14. MCASP e PCASP estendido.			

(Continua)

7. Existe um sistema de controle para monitorar e cobrar eventuais contribuições em atraso?	Verificar se o RPPS dispõe de sistema próprio de controle financeiro e de cálculo, dos RPPS. Verificar os procedimentos definidos diante do atraso ou ausência de repasses.	Sistemas informatizados do RPPS. Procedimentos formalizados de controle e cobrança de repasses.	Observação direta. Análise documental.	Dificuldade de acesso e obtenção de informações detalhadas sobre os sistemas de controle. Possível resistência em fornecer detalhes sobre a eficácia dos procedimentos de cobrança. Impacto da falta de controle eficaz nos atrasos de repasses e na sustentabilidade financeira do RPPS.	Conformidade ou não conformidade na existência e utilização de sistemas de controle. Identificação de falhas ou limitações nos procedimentos de cobrança. Impacto da falta de controle eficaz nos atrasos de repasses e na sustentabilidade financeira do RPPS.
Objeto de Auditoria: Viabilização da compensação previdenciária					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
8. Os atos de aposentadoria e pensão por morte estão sendo enviados tempestivamente para registro junto ao Tribunal de Contas?	Verificar se o envio dos atos de aposentadoria e pensão por morte são encaminhados para fins de registro junto ao Tribunal de Contas. Verificar o prazo médio de envio desses atos ao Tribunal de Contas e sua compatibilidade com a norma regulamentadora.	Norma do Tribunal de Contas que regulamento o envio de atos de aposentadoria e pensão por morte para fins de registro. Processos de concessão de benefícios. Protocolos de processos de atos de aposentadoria e pensão por morte para fins de registro.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter registros de envios de documentação.	Conformidade ou não conformidade na tempestividade dos envios. Identificação de atrasos ou falhas no envio de atos. Impacto da falta de tempestividade na regularização dos benefícios.

(Continua)

9. Os requerimentos de compensação previdenciária estão sendo cadastrados de forma adequada e oportuna na ferramenta COMPREV?	Verificar se o RPPS já firmou convênio para a realização de compensação previdenciária. Verificar se houve contratação de empresa de assessoria para a realização de compensação previdenciária. Verificar se os atos de aposentadoria e pensão por morte elegíveis e homologados pelo Tribunal de Contas estão sendo cadastrados no sistema COMPREV. Verificar o prazo médio de requerimento de compensação previdenciária. Verificar a existência de requerimentos realizados com prescrição de parcelas de compensação previdenciária.	Protocolos de requerimento de compensação previdenciária. Sistema COMPREV. Diário Oficial ou Site do Tribunal de Contas. Processos de concessão de benefícios.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter registros de requerimentos de compensação previdenciária. Dificuldade de identificação e seleção de processos elegíveis à compensação previdenciária. Identificação de atrasos ou falhas no cadastro e processamento dos requerimentos. Existência de empresa contratada de forma inadequada para a viabilização da compensação previdenciária. Impacto da má gestão na compensação previdenciária.	Conformidade ou não nos cadastros de requerimentos.
10. Há um acompanhamento das solicitações de compensação previdenciária para garantir que todas as pendências sejam resolvidas?	Verificar se existem procedimentos internos formalizados de acompanhamento dos requerimentos de compensação previdenciária. Verificar a existência de sistema informatizado de acompanhamento dos requerimentos de compensação previdenciária.	Sistemas informatizados do RPPS. Procedimentos formalizados de controle compensação previdenciária. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de dados. Observação direta. Entrevista.	Dificuldade em obter informações detalhadas sobre os procedimentos de acompanhamento. Resistência em fornecer detalhes sobre os procedimentos de acompanhamento. Dificuldade de acesso e obtenção de informações detalhadas sobre os sistemas de controle. Identificação de falhas ou limitações nos procedimentos de acompanhamento. Impacto da falta de acompanhamento contínuo na regularização dos processos de compensação previdenciária.	Conformidade ou não na existência e utilização de sistemas de acompanhamento.

Elaborado pelo autor.

Figura 7 - Matriz de Planejamento do Tema Gestão de Investimentos

Objeto de Auditoria: Investimentos do RPPS					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
1. A política de investimentos do RPPS está formalmente documentada, aprovada pelo Conselho Deliberativo e segue as diretrizes regulamentares?	Verificar a existência de Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício. Verificar se a Política de Investimentos cumpre os requisitos previstos na legislação aplicável. Verificar o envio do Demonstrativo da Política de Investimentos ao órgão regulador.	Atas de reunião do Conselho Deliberativo. Política Anual de Investimentos. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. DPIN. CADPREV.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Ausência de atas de reunião do conselho deliberativo. Possível ausência de elaboração da Política de Investimentos e de envio do DPIN.	Conformidade ou não de investimentos com as diretrizes regulamentares. Identificação de falhas na documentação ou no cumprimento das normas legais. Impacto da não conformidade nas decisões de investimento e na gestão de recursos do RPPS.
2. A carteira de investimentos do RPPS está diversificada de acordo com os limites estabelecidos pela política de investimentos e pelas normas regulamentares?	Verificar se as aplicações de recursos realizados durante o exercício de análise estão de acordo com o estabelecido na Política de Investimentos.	Política Anual de Investimentos. DAIR. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. Relatórios de investimentos. DPIN. CADPREV.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade na obtenção de extratos detalhados dos investimentos. Dificuldade na obtenção ou inexistência de relatórios dos investimentos. Não envio do DAIR	Conformidade ou não da diversificação da carteira com as normas regulamentares. Identificação de concentrações de risco ou falhas na diversificação de investimentos. Impacto das decisões de investimento no risco e retorno dos fundos do RPPS.

(Continua)

3. Os riscos associados aos investimentos estão sendo identificados e gerenciados adequadamente?	Verificar a existência de Autorização de Aplicação e Resgate – APR para as movimentações de investimentos. Verificar o enquadramento dos investimentos aos limites estabelecidos na legislação e pela Política de Investimentos de acordo com o perfil de risco do RPPS.	Política Anual de Investimentos. DAIR. Resolução 4963/2021. CMN Relatórios de investimentos. DPIN. APRs. Pró-Gestão RPPS.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Possível inexistência de documentação formal (APR). Dificuldade na obtenção de extratos detalhados dos investimentos. Dificuldade na obtenção de dados para o correto enquadramento dos investimentos nas hipóteses normativas.	Conformidade ou não no gerenciamento de riscos dos investimentos. Identificação de falhas na avaliação de risco ou no cumprimento dos limites de investimento. Impacto das decisões de gerenciamento de risco na rentabilidade dos investimentos do RPPS.
4. Os investimentos estão sendo monitorados regularmente para avaliar a performance e a conformidade com as políticas de investimento?	Verificar a existência de relatórios de acompanhamento dos investimentos. Verificar atuação do RPPS na manutenção dos enquadramentos ao estabelecido na Política de Investimentos. Verificar se o Comitê de Investimentos reporta formal e periodicamente a situação dos investimentos aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.	Política Anual de Investimentos. DAIR. Resolução 4963/2021. CMN Relatórios de investimentos. Atas de reuniões do Comitê de Investimentos. Comunicações formais entre o Comitê de Investimentos e os Conselhos Deliberativo e Fiscal.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter relatórios regulares ou detalhados de monitoramento. Identificação de falhas no processo de monitoramento ou desalinhamentos com as políticas estabelecidas. Impacto das práticas de monitoramento na eficácia da gestão de investimentos.	Conformidade ou não na monitoração regular dos investimentos. Identificação de falhas no processo de monitoramento ou desalinhamentos com as políticas estabelecidas. Impacto das práticas de monitoramento na eficácia da gestão de investimentos.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Funcionamento do Comitê de Investimentos					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
5. O comitê de investimentos está regularmente realizando reuniões e mantendo atas detalhadas dessas reuniões?	Verificar a existência de calendário e registros das reuniões do Comitê de Investimentos. Verificar se os membros do Comitê de Investimentos cumprem os requisitos estabelecidos na legislação	Atas de reuniões do Comitê de Investimentos. Ato(s) de designação do Comitê de Investimento. Documentação de suporte das decisões de investimentos. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de dados. Entrevista. Observação Direta.	Dificuldade em acessar as atas das reuniões. Resistência em fornecer informações sobre a regularidade e conteúdo das reuniões.	Conformidade ou não na realização e documentação das reuniões do Comitê. Conformidade ou não na composição do Comitê de Investimentos. Identificação de falhas na manutenção de atas detalhadas. Impacto da falta de documentação adequada na transparência das decisões de investimento.
6. O comitê de investimentos participa efetivamente do processo de credenciamento dos fundos de investimento?	Verificar se constam das Atas de reuniões do Comitê de Investimentos a análise de documentos e credenciamento de Fundos de Investimentos.	Atas de reuniões do Comitê de Investimentos. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de dados. Entrevista.	Dificuldade em acessar as atas das reuniões. Dificuldade em verificar a participação ativa do comitê no processo de credenciamento. Resistência em fornecer informações sobre a participação ativa do comitê no processo de credenciamento	Conformidade ou não na participação do comitê nos processos de credenciamento. Identificação de falhas ou lacunas no processo de análise e decisão de investimentos.

(Continua)

7. Há registros adequados e transparentes das decisões de investimento, incluindo análises de risco e retorno?	Verificar se constam das atas de reuniões do Comitê de Investimentos decisão quanto às aplicações e resgates de investimentos realizados. Verificar se documentação que suporta a tomada de decisão nos processos de seleção de fundos de investimentos está arquivada digitalmente. Verificar se o Comitê de Investimentos anuiu com as aplicações e resgates de investimentos com a assinatura das APR.	Atas de reuniões do Comitê de Investimentos. DAIR. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. Site do RPPS. Relatórios de investimentos. APR. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de dados. Entrevista.	Dificuldade em acessar as atas das reuniões. Dificuldade em obter documentação completa sobre as decisões de investimento, incluindo justificativas detalhadas.	Conformidade ou não conformidade nos registros de decisões de investimento. Identificação de falhas na documentação das análises de risco e retorno. Impacto das falhas na avaliação da eficácia das decisões de investimento.
8. As decisões do comitê de investimentos consideram as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência previstas na Resolução do CMN?	Verificar se a análise e credenciamento de fundos de investimento cumpre os requisitos estabelecidos na legislação. Verificar se o Comitê de Investimentos está assegurado quanto à capacidade técnica e desempenho positivo dos prestadores de serviços contratados no que se refere às aplicações dos recursos. Verificar se há comprovação formal, via atestado, da liquidez e sua compatibilidade com o fluxo de pagamentos do RPPS em caso de aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou conversão de cotas.	Atas de reuniões do Comitê de Investimentos. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021. Relatórios de investimentos. APR. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Cruzamento de dados. Entrevista.	Dificuldade em acessar as atas das reuniões. Dificuldade na obtenção de documentação suficiente para concluir se as decisões de investimento estão em conformidade com os padrões regulatórios.	Conformidade ou não conformidade das decisões do comitê com os requisitos de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Identificação de falhas na observância dos padrões regulatórios nas decisões de investimento. Impacto das falhas na gestão de riscos e no desempenho dos fundos do RPPS.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Meta de Rentabilidade					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
9. O histórico recente de rentabilidade dos investimentos do RPPS está sendo avaliado e comparado com a meta atuarial?	Verificar se a meta de rentabilidade estabelecida na Política de Investimentos é compatível com a meta atuarial estabelecida no Relatório de Avaliação Atuarial.	Política Anual de Investimentos. Portaria MTP 1467/2022. Resolução CMN 4963/2021.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldade em obter dados atuais e completos sobre as metas e resultados reais de rentabilidade.	Conformidade ou não da rentabilidade dos investimentos com as metas atuariais e de política de investimentos.
	Verificar se a rentabilidade apresentada dos investimentos está de acordo com a meta de rentabilidade estabelecida na Política de Investimentos.	Relatórios de investimentos. Comunicações formais entre o Comitê de Investimentos e os Conselhos Deliberativo e Fiscal.			Identificação de discrepâncias entre a rentabilidade planejada e a realizada.
	Verificar, em caso de registro de retorno não aderente à meta, se há justificativa formal e se é dada ciência aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.	Relatório de Avaliação Atuarial. DRAA.			Impacto das discrepâncias na sustentabilidade financeira do RPPS.

(Continua)

10. Existe um plano de ação para melhorar a rentabilidade da carteira de investimentos, em caso de não atingimento da meta?	Verificar se a Política de Investimentos contempla plano de contingência.	Política Anual de Investimentos. Portaria MTP 1467/2022. DPIN.	Análise documental.	Possível inexistência de planos de contingência detalhados ou atualizados.	Conformidade ou não conformidade na existência de planos de ação para melhorar a rentabilidade. Identificação de medidas proativas ou reativas adotadas pelo RPPS para gerenciar desvios das metas de rentabilidade.
11. Existem controles internos regulares que avaliam a gestão da carteira de investimentos do RPPS?	Verificar e existência de controles internos sobre a gestão da carteira de investimentos.	Política Anual de Investimentos. Atas de reunião do Comitê de Investimentos. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista.	Possível inexistência de controle interno formal. Dificuldade em verificar a eficácia e regularidade dos controles internos.	Conformidade ou não conformidade na implementação e funcionamento de controles internos. Identificação de falhas nos controles internos que afetam a gestão adequada da carteira de investimentos. Impacto das falhas de controle na eficácia da gestão de investimentos e no cumprimento das metas de rentabilidade.

Elaborado pelo autor.

Figura 8 - Matriz de Planejamento do Tema Gestão Atuarial

Objeto de Auditoria: Cadastro Previdenciário					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
1. A base cadastral dos segurados utilizada na avaliação atuarial está atualizada e contém todas as informações necessárias?	Verificar se o quantitativo de segurados, ativos, aposentados e pensionistas, é compatível com o apresentado no eSocial das entidades vinculadas ao RPPS. Verificar se o quantitativo de segurados, ativos, aposentados e pensionistas, é compatível com o quantitativo informado no DIPR. Verificar a completude da base utilizada, contendo dados essenciais como ingresso, nascimento, número de dependentes, características de dependentes, tempo de contribuição e vínculos anteriores etc.	Base cadastral fornecida pelo Ente. eSocial. DRAA. DIPR. Relatório de Avaliação Atuarial Anual.	Análise documental. Cruzamento de dados	Possível dificuldade em acessar as bases de dados utilizadas na avaliação. Restrição de acesso aos dados de pessoal do ente federativo.	Conformidade ou não das informações cadastrais com as necessidades de avaliação atuarial. Identificação de deficiências na base de dados que podem afetar a precisão das avaliações atuariais. Ausência de censo ou recenseamento previdenciário.

(Continua)

2. Existem procedimentos regulares para a atualização e verificação da precisão dos dados cadastrais dos segurados?	Verificar a existência de procedimentos formalizados de verificação e da completude e consistência da base cadastral. Verificar a existência e periodicidade da realização do censo previdenciário.	Manuais ou procedimentos formalizados de análise da base cadastral. Registros do atuário quanto à análise de base cadastral. Relatório de Avaliação Atuarial Anual. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista.	Exame de procedimentos de verificação e atualização restrito aos aplicados e relatados pelo atuário responsável. Identificação de práticas eficazes ou falhas no processo de manutenção de registros atualizados e precisos.	Conformidade ou não nos procedimentos de atualização e verificação dos dados cadastrais. Identificação de práticas eficazes ou falhas no processo de manutenção de registros atualizados e precisos.
3. Há controles internos para garantir a integridade e a segurança dos dados cadastrais?	Verificar a existência de controles internos quanto à conformidade da base cadastral com as folhas do ente federativo.	Base cadastral fornecida pelo Ente. eSocial. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista.	Dificuldade em avaliar a eficácia dos controles internos devido à falta de acesso ou transparência nas operações de dados. Identificação de vulnerabilidades que possam comprometer a integridade e consistência dos dados. Impacto das falhas de controle na confiabilidade das informações cadastrais.	Conformidade ou não conformidade na existência e eficácia dos controles internos sobre os dados cadastrais. Identificação de vulnerabilidades que possam comprometer a integridade e consistência dos dados. Impacto das falhas de controle na confiabilidade das informações cadastrais.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Avaliação Atuarial Anual					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
4. As avaliações atuariais são realizadas por atuários devidamente qualificados e certificados?	Verificar se o Relatório de Avaliação Atuarial foi elaborado por atuário. Verificar se o atuário possui as qualificações necessárias para atuação junto a RPPS.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. Site do IBA. Extratos de entrevistas.	Análise documental. Entrevista.	Ausência de entidade/conselho profissional. Dificuldade em estabelecer os critérios de qualificação tendo em vista ausência de norma geral.	Conformidade ou não das qualificações dos atuários responsáveis pelas avaliações atuariais. Identificação de atuários não qualificados realizando avaliações.
5. As premissas atuariais utilizadas nas avaliações anuais são adequadas e razoáveis, conforme as normas vigentes?	Verificar se o Relatório de Avaliação Atuarial apresenta de forma transparente as premissas utilizadas. Verificar se as premissas atuariais estão em conformidade com as normas vigentes. Verificar se as premissas atuariais são adequadas às características da massa de segurados.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. Relatório de Análise das Hipóteses. Dados da base cadastral. Portaria MTP 1467/2022. eSocial.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Dificuldades em acessar detalhes completos das premissas atuariais usadas. Complexidade inerente ao critério utilizado na definição das premissas atuariais.	Conformidade ou não das premissas atuariais utilizadas. Identificação de premissas inadequadas.
6. A metodologia utilizada nas avaliações atuariais está alinhada com as normas melhores práticas do mercado?	Verificar se o Relatório de Avaliação Atuarial foi elaborado em conformidade com a legislação vigente.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. Relatório de Análise das Hipóteses. Portaria MTP 1467/2022.	Análise documental.	Limitações devido à complexidade técnica das metodologias atuariais. Dificuldades em acessar detalhes metodológicos específicos ou justificações para escolhas metodológicas.	Conformidade ou não da metodologia utilizada nas avaliações atuariais. Identificação de metodologias desatualizadas ou inadequadas.

(Continua)

7. Existem relatórios regulares de acompanhamento o cumprimento das recomendações atuariais?	Verificar a existência de relatórios de acompanhamento de ações das recomendações atuariais.	Relatório de Avaliação Anual. Planos e registros de reuniões internas dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Extratos de entrevistas. Ata de reunião do Conselho Deliberativo de apresentação do resultado atuarial.	Análise documental. Entrevista.	Possíveis dificuldades em acessar relatórios e registros das recomendações e ações tomadas. Identificação de falhas no processo de monitoramento e implementação de recomendações.	Conformidade ou não conformidade na geração e acompanhamento de recomendações atuariais.
8. O plano de amortização do déficit atuarial está devidamente documentado, é viável e segue as normas atuariais?	Verificar se o Relatório de Avaliação Anual sugere Plano de Amortização do Déficit atuarial. Verificar se existe Plano de Amortização do Déficit Atuarial vigente. Verificar a adimplência do ente federativo com o Plano de Amortização do Déficit Atuarial vigente. Verificar a aderência entre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial vigente e o proposto no Relatório de Avaliação Atuarial. Verificar a legalidade, consistência e viabilidade do Plano de Amortização do Déficit Atuarial em longo prazo.	Relatório de Avaliação Anual. Portaria MTP 1467/2022. DIPR. Extrato de Movimentação ou de Conciliação Bancária. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico. DIPR. Lei que estabelece o Plano de Amortização do Déficit Atuarial (Custeio Suplementar).	Análise documental. Cruzamento de dados.	Complexidade em avaliar a viabilidade de longo prazo dos planos de amortização de propostos. Desafios em avaliar a viabilidade a longo prazo sem projeções ou análises de cenário detalhadas. Identificação de planos não viáveis ou inadequadamente documentados. Identificação de planos com a utilização do LDA, que não garantem o suficiente para equalizar o déficit de forma integral.	Conformidade ou não conformidade do plano de amortização do déficit atuarial.

(Continua)

Objeto de Auditoria: Cobertura dos Compromissos Previdenciários					
Questões de Auditoria	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Técnicas e Procedimentos de Auditoria	Limitações	Possíveis Achados
9. Os estudos atuariais incluem análises de viabilidade financeira a longo prazo para assegurar a sustentabilidade do RPPS?	Verificar se as avaliações atuariais incluem projeções detalhadas e adequadas das obrigações previdenciárias futuras. Verificar a consistência dos fluxos de receitas e do método de financiamento escolhido pelo atuário. Verificar a adequação do método de financiamento às características da massa de segurados. Verificar existência de déficit financeiro. Verificar se os planos estabelecidos pelo atuário garantem a cobertura do pagamento integral dos benefícios mensais.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. DRAA. DIPR. Portaria MTP 1467/2022.	Análise documental.	Complexidade da avaliação das análises de viabilidade.	Conformidade ou não das projeções atuariais com as necessidades de sustentabilidade do RPPS. Identificação de riscos financeiros a longo prazo (atuariais). Identificação de riscos financeiros a curto e médio prazo (financeiro).

(Continua)

(Continua)

10. Os ativos garantidores e os planos de custeio normal e suplementar são suficientes para cobrir as obrigações atuais e futuras dos RPPS?	Verificar a consistência do fluxo atuarial, verificando o equilíbrio de entradas projetadas e saídas esperadas de recursos.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. DRAA. Portaria MTP 1467/2022. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico.	Análise documental. Cruzamento de dados.	Limitações devido à complexidade e variação nos modelos de previsão financeira. Identificação de inadequações no plano de financiamento.	Conformidade ou não do fluxo de caixa projetado com as políticas atuariais e financeiras.
11. O RPPS adota boas práticas de gestão atuarial para monitorar e gerenciar os riscos atuariais, incluindo medidas para garantir a solvência do plano de benefícios?	Verificar se as recomendações do Relatório de Avaliação Atuarial propõem medidas de mitigação de riscos atuariais. Verificar a formação de fundos e reservas para enfrentamento de riscos e contingências. Verificar se o RPPS faz estudos de impacto atuarial quando há alguma reformulação de plano de cargos e salários, bem como reajustes acima da inflação e acima da hipótese utilizada na avaliação atuarial.	Relatório de Avaliação Atuarial Anual. Demonstrações Financeiras, DVP, BP e Razão Analítico. Estudos de Impacto Atuarial	Análise documental.	Dificuldades em verificar a implementação efetiva de estratégias de mitigação. Eficácia das medidas implementadas para garantir a solvência.	Adequação ou deficiências nas estratégias de gestão de riscos atuariais.

Elaborado pelo autor.

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PTT

Com intuito de proporcionar a efetividade desta iniciativa, serão adotados diversos métodos. O primeiro passo envolve a discussão do modelo no grupo de trabalho da Rede Integrar RPPS, composto por auditores de controle externo de todos os Tribunais de Contas do Brasil, a fim do desenvolvimento de um roteiro minucioso destinado à implementação do Framework em distintos Tribunais de Contas, assegurando sua aplicabilidade e adequação.

Reconhecendo a importância do capital humano neste processo, serão promovidos treinamentos e capacitações para auditores, fortalecendo suas competências e alinhando-os ao modelo. Paralelamente, haverá a formação de um grupo de trabalho para o monitoramento dos resultados da fiscalização, através da utilização de indicadores-chave de desempenho, buscando um acompanhamento efetivo das atividades. Este monitoramento permitirá a revisão e ajuste do padrão com base nos resultados e observações feitas no campo.

Como resultado almejado, busca-se a implementação exitosa do Framework de Auditoria Operacional em RPPS em uma variedade de Tribunais de Contas no ano de 2026 com a realização de um Auditoria Operacional Coordenada, promovida pela Rede Integrar. Esta implementação não será estática, mas sim adaptável, permitindo correções e modificações conforme os resultados e feedbacks recebidos.

Importante ressaltar que este projeto de intervenção elege a pesquisa-ação como sua metodologia norteadora. Tal escolha favorece uma abordagem prática e iterativa, possibilitando uma constante evolução do processo. Através da identificação precisa de problemas, da proposição de soluções embasadas em evidências robustas e de uma implementação e avaliação contínuas, o projeto visa otimizar a fiscalização dos RPPS. Com isso, busca-se garantir não apenas a eficácia das fiscalizações, mas também a sustentabilidade dos RPPS, tudo em prol dos servidores públicos e da sociedade como um todo.

BASE TEÓRICA UTILIZADA

A elaboração deste PTT está ancorada em bases teórico-metodológicas. A complexidade deste trabalho reflete uma combinação de preceitos normativos, práticas de fiscalização avançadas e recentes contribuições acadêmicas que se interligam para formar o substrato teórico que guia a estrutura e operacionalização deste Framework.

O RPPS, conforme descrito por Louzano et al. (2019), é um sistema previdenciário essencialmente ligado à estrutura do serviço público no Brasil, regido por princípios de sustentabilidade financeira e atuarial. Este regime encontra fundamento legal na Constituição Federal de 1988, na Lei 9.717/1999 e normas infralegais, que estabelecem diretrizes para a gestão eficaz e eficiente destes regimes, garantindo os direitos previdenciários dos servidores públicos e suas famílias.

A literatura sobre RPPS evidencia desafios como o desequilíbrio atuarial e a necessidade de gestão qualificada para evitar práticas que comprometam a saúde financeira dos fundos (Oliveira & Bueno, 2020; Silva & Santos, 2020).

Os Tribunais de Contas têm um papel relevante na fiscalização dos RPPS, conforme descrevem Fernandes e Sampaio (2019), Silva (2018) e Silva e Diniz (2021). Estes órgãos garantem a legalidade e a legitimidade da gestão dos recursos públicos e, por extensão, dos fundos previdenciários dos RPPS. A adoção de metodologias de auditoria operacional por parte dos TCs reflete uma evolução no escopo de suas fiscalizações, indo além da mera conformidade legal para avaliar a eficiência, a eficácia e a economicidade das gestões avaliadas (Hazgui et al., 2022; Liberal et al., 2023).

Os TCs, conforme ressaltam Lino e Aquino (2020), desempenham suas funções em um ambiente que exige não apenas conformidade com normas estabelecidas, mas também a aplicação de uma visão crítica sobre a gestão dos fundos, utilizando critérios como materialidade, relevância e risco para direcionar suas auditorias. Estes desafios são refletidos nas práticas recomendadas pelas normas nacionais e internacionais, incluindo as normas ISSAI 300 e 3000, que são aplicáveis no contexto

da auditoria operacional, e, neste trabalho, especificamente adaptadas para a realidade dos RPPS.

Além das referências teóricas, e das ISSAI 300 e 3000, a elaboração deste framework considerou normas e regulamentos específicos, como as NBASP 100, 300 e 3000, o Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União, o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, a Resolução TCE/RS nº 1.158/2022, que dispõe sobre a Auditoria Operacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e o Acórdão nº 3414/2014–TCU, que determinou a realização de auditoria operacional coordenada com os Tribunais de Contas dos estados, municípios e Distrito Federal para avaliar os regimes próprios de previdência dos respectivos entes federativos, em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais, entre outros.

RELEVÂNCIA DO PRODUTO

O desenvolvimento deste Framework aborda a complexidade oriunda das múltiplas lógicas institucionais que influenciam os Tribunais de Contas, conforme identificado nos estudos preliminares. Sua aderência deriva da capacidade de integrar e respeitar a autonomia e independência dos tribunais, propondo um modelo flexível que se adapta às diferentes necessidades e contextos institucionais, garantindo, assim, uma aplicação eficaz e respeitosa das diretrizes das normas NBASP 300 e 3000.

a) *Potencial inovador*: O PTT detém um potencial inovador significativo ao introduzir um modelo padronizado de auditoria operacional que não é comumente utilizado nos RPPS. Esta inovação não reside apenas na padronização, mas também na incorporação de melhores práticas nacionais e internacionais, facilitando uma fiscalização mais objetiva, que é capaz de promover a transparência e a eficiência na gestão dos fundos de previdência.

b) *Aplicabilidade*: Projetado para ser prático e diretamente aplicável, o Framework visa facilitar a implementação de auditorias operacionais consistentes e rigorosas. Sua aplicabilidade é ampliada pelo desenvolvimento colaborativo envolvendo diversos Tribunais de Contas e auditores de controle externo especialistas em previdência, o que assegura sua relevância e utilidade prática em diversos contextos institucionais.

c) *Impacto potencial*: O impacto potencial do PTT é substancial, considerando a capacidade de melhorar a qualidade das auditorias dos RPPS. Espera-se que a implementação deste framework contribua para a identificação precoce de riscos e desvios, otimize a alocação de recursos e promova a sustentabilidade dos RPPS, impactando positivamente a vida de milhares de servidores públicos que dependem desses sistemas para sua segurança no futuro.

REFERÊNCIAS

- Acórdão TCU 3414/2014-Plenário, (2014). Recuperado de <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-1338178>. Acesso em: 12 mai. 2024.
- Brasil. (2023). *Painel Estatístico da Previdência - RPPS*. Recuperado de <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/estatisticas-da-previdencia/painel-estatistico-da-previdencia/regimes-proprios-de-previdencia-social-1>. Acesso em: 10 out. 2023.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Constituição. (1988). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2023.
- Fernandes, C. O., & Sampaio, F. J. C. S. (2019). Regime Próprio de Previdência Social: Um Estudo da Sustentabilidade Financeira de um Município Potiguar. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 7(1), 5-19.
- Giovanini, A., Conceição, J. P. S. R., & Almeida, H. J. F. (2023). Regimes próprios de Previdência Social: uma análise com base no índice de situação previdenciária. *Revista de Economia*, 43(81), 472-498.
- Grossi, G., Hancu-Budui, A., & Zorio-Grima, A. (2023). New development: The shift of public sector auditing under the influence of institutional logics—the case of European Court of Auditors. *Public Money & Management*, 43(4), 378-381.
- Hazgui, M., Triantafyllou, P. and Elmer Christensen, S. (2022). On the legitimacy and apoliticality of public sector performance audit: exploratory evidence from Canada and Denmark. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 35 No. 6, pp. 1375-1401.
- Instituto Rui Barbosa - IRB. (2021a). *NBASP 100 – Princípios fundamentais de auditoria no setor público*. Recuperado de <https://nbasp.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/NBASP-100-Principios-Fundamentais-de-Auditoria-do-Setor-Publico.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.
- Instituto Rui Barbosa - IRB. (2021b). *NBASP 300 – Princípios de auditoria operacional*. Recuperado de <https://nbasp.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/NBASP-300-Principios-de-Auditoria-Operacional.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.
- Instituto Rui Barbosa - IRB. (2021c). *NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional*. Recuperado de <https://nbasp.irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/NBASP-3000-Norma-de-Auditoria-Operacional.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.
- International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI. (2013). *Fundamental Principles of Performance Auditing (ISSAI 300)*. Recuperado de <https://www.issai.org/wp-content/uploads/2019/08/ISSAI-300-Performance-Audit-Principles.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI. (2016). *Standards for Performance Auditing. (ISSAI 3000)*. Recuperado de <https://www.issai.org/wp-content/uploads/2016/06/ISSAI-3000-Performance-Audit-Principles.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

content/uploads/2019/08/ISSAI-3000-Performance-Audit-Standard.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

- International Organization of Supreme Audit Institutions - INTOSAI. (2019). *Fundamental Principles of Public-Sector Auditing (ISSAI 100)*. Viena, 2019. Recuperado de <https://www.issai.org/wp-content/uploads/2019/08/ISSAI-100-Fundamental-Principles-of-Public-Sector-Auditing-1.pdf>. Acesso em 20 abr. 2024.
- Koerich, M. S., Backes, D. S., de Sousa, F. G. M., Erdmann, A. L., & Alburquerque, G. L. (2009). Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(3).
- Kroth, C. I., & Goularte, J. L. L. (2019). Análise Financeira e Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos Municípios do Vale do Rio Pardo-RS. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC*, 7(28).
- Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998. (1998). Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, os Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9717.htm. Acesso em: 12 mai. 2024.
- Liberal, C. C. B. de A., Oliveira, A. G. de, & Catapan, A. (2022). Potenciais benefícios das auditorias operacionais para o desenvolvimento local/regional: os Tribunais de Contas sob novo enfoque. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, 8(1), 48-72.
- Lino, A. F. (2019). *As lógicas conflitantes no tribunal de contas e o enfraquecimento de sua relevância social* [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP
- Lino, A. F., & Aquino, A. C. B. (2018). A Diversidade dos Tribunais de Contas Regionais na Auditoria de Governos. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 29(76), 26-40.
- Lino, A. F., & Aquino, A. C. B. (2020). Lógicas institucionais conflitantes e a independência de Tribunais de Contas. *Anais do USP International Conference in Accounting*. Vol. 20. USP.
- Louzano, J. P. de O., Tavares, B., Martins, F. J. de O., & Costa, T. D. M. T. da (2019). Accountability no regime próprio de previdência dos servidores municipais de diferentes estruturas institucionais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(77).
- Luz, B. B. D. C., Guarido Filho, E. R., & Sousa, M. D. M. (2021). Legal, normativo e responsivo: frames no debate sobre a reforma dos Tribunais de Contas brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 55, 861-880.
- Ministério da Fazenda - MF. (2017). *Indicador de situação previdenciária - apresentação*. Recuperado de <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria>. Acesso em: 10 out. 2023.
- Ministério da Previdência Social - MPS. (2023). *ISP 2023 - Relatório Final do Índice de Situação Previdenciária*. Recuperado de https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/documentos/ISP_2023_Relatorio_indice_de_Situacao_Previdenciaria.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

- Oliveira, M. D. D., & Bueno, N. P. (2020). Gerenciamento de Resultados nos Fundos de Pensão dos Regimes Próprios de Previdência Social. *Pensar Contábil*, 22(78).
- Portaria ME 19.451, de 18 de agosto de 2020. (2020). Altera o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e o art. 51 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, para dispor sobre a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e dá outras providências. Recuperado de <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/arquivos/2020/portaria-seprt-no-19-451-de-18ago2020.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- Portaria MF 1, de 03 de janeiro de 2017. (2017). Altera disposições das Portarias MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, nº 402, de 10 de dezembro de 2008, nº 519, de 24 de agosto de 2011, e dá outras providências. Recuperado de <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/01/PORTARIA-MF-n%C2%BA-01-de-03jan2017-altera-as-PTs-MPS-204-402-519.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- Portaria MTP 1.467, de 02 de junho de 2022. (2022). Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Recuperado de https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/copy_of_PortariaMTPn1.467de02jun2022Atualizadaat28jun20231.pdf. Acesso em: 05 mai. 2024.
- Reichborn-Kjennerud, K. (2014). Performance audit and the importance of the public debate. *Evaluation*, 20(3), 368-385.
- Resolução nº 1.158/2022 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS. (2022). *Dispõe sobre a Auditoria Operacional no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul*. Recuperado de <https://atosoficiais.com.br/tcers/resolucao-n-1158-2022-dispoe-sobre-a-auditoria-operacional-no-ambito-do-tribunal-de-contas-do-estado-do-rio-grande-do-sul?origin=instituicao>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- Silva, A. C. da, & Santos, O. M. dos (2020). Regimes Próprios de Previdência Social: Uma Análise à Luz do Isomorfismo Institucional. *Administração Pública e Gestão Social*.
- Silva, F. W. F. (2018). Uma proposta de inovação no processo de auditoria dos regimes próprios de previdência social pelos Tribunais de Contas. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, 16(2), 190-219.
- Silva, F. W. F. da, & Diniz, G. M. (2021). Fatores determinantes do resultado atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais cearenses. *Revista Controle: Doutrinas e Artigos*, 19(2), 145-179.
- Thiollent, M. (2022). *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez editora.
- Tribunal de Contas da União – TCU. (2020). *Manual de auditoria operacional*. Recuperado de https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA. (2021). *Manual de auditoria: Normas Gerais*. Recuperado de https://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/manual-de-auditoria_revisao-para-publicacao-sce.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, 31, 443-466.



MPA UnB

Mestrado Profissional
em Administração Pública